



ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES DO NORTE  
N.º 16 — 2.ª SÉRIE ABRIL DE 1967 PREÇO: \$50

## OS IMPOSTOS PODEM E DEVEM BAIXAR

As Juntas (do vinho, da fruta, da pecuária, etc.) criam constantemente novas taxas; as Câmaras Municipais, aumentam as derramas; o governo aumenta as contribuições e os impostos e prepara-se para lançar um novo imposto — o « imposto de guerra ». Todos estes agravamentos se devem, por um lado, à política fascista de defesa e protecção dos monopólios industriais e comerciais, dos grandes lavradores e latifundiários e dos grandes capitalistas em geral (aos quais o governo de Salazar concede empréstimos altamente vantajosos, perdoa o pagamento de certas contribuições, isenta de direitos alfandegários, dá subsídios) e, por outro, em virtude do aumento contínuo das despesas com as guerras coloniais e da repressão à luta do povo português. Para fazer face a tudo isto, o governo atira-se à carteira dos trabalhadores e dos pequenos e médios camponeses.

Vendendo os produtos agrícolas por preços ruinosos e pagando os artigos de que necessita a preços exorbitantes, enriquecemos os monopólios e os grandes capitalistas. Como se isto não bastasse, o governo cai em cima de nós com o aumento das contribuições e a criação de novos impostos. É caso para dizer: « Não contentes em nos roubarem as galinhas, ainda as vêm vender aos donos! ».

Esta política fascista, não é de agora. Mas o seu agravamento contínuo e desmedido impõe-nos uma maior unidade para lutarmos com êxito em defesa dos nossos interesses contra todos os que, estando à frente das juntas, dos grémios, dos bancos, do governo (continua na pág. 4)

## ABAIXO A TAXA DE \$20

Quando o governo impôs à vitivinicultura a pesada taxa de \$40 sobre cada litro de vinho, milhares de produtores de Norte a Sul protestaram das mais variadas maneiras: em exposições e abaixo-assinados, em reuniões nos Grémios da Lavoura, em concentrações nas Câmaras Municipais. Pretendia o governo que tal taxa fosse paga pelos produtores de todas as regiões à J. N. V. Protestando, conseguiram os produtores do Douro ficar isentos. Protestando, conseguiram os produtores da Região Demarcada dos Vinhos Verdes a redução da taxa para \$15, a pagar à Comissão de Viticultura. Acabam os produtores das outras regiões de obter meia vitória. A taxa foi reduzida para \$20 com respeito à colheita de 1966. Não podem, porém, os vitivinicultores dar-se por satisfeitos. A taxa deve ser abolida na sua totalidade. Tendo surgido para vigorar apenas no ano de 1964, pois na altura foi dito que « era uma solução de emergência, à margem de soluções de fundo », para criar um « volante ao serviço da lavoura », estendeu-se a 1965 e mantém-se em 1966, embora redazido a metade. Se não exigirem a sua extinção total, os produtores terão de voltar a pagar na colheita de 1967 os mesmos \$10 iniciais. Tudo o que em matéria de impostos o governo estipula com carácter provisório, tende a eternizar-se pela sua incapacidade em encontrar « soluções de fundo ». Só um exemplo: a quando do ciclone (e já lá vão 27 anos!), foi criado o « socorro social » para « acudir às vítimas » do mesmo. Pois ainda hoje esse imposto se mantém. Basta reparar no preço das caixas de fósforos: « \$25 + soc. soc. ».

(continua na pág. 2)

## OS LAVRADORES DE TORREDEITA

### ESTÃO NO CAMINHO CERTO

Exemplo a seguir é este de 25 lavradores da freguesia de Torredeita, no concelho de Viseu, que, por meio de abaixo-assinados, reclamaram em Janeiro a redução dos impostos que pesam sobre a lavoura. Fizem-no dirigindo-se a Salazar e aos ministros das Finanças e da Economia.

Acções idênticas devem ser levadas à prática pelos camponeses de todo o País. Mas não deve limitar-se a isso a sua luta. Eles devem reunir-se nas Casas do Povo e nos

Grémios da Lavoura, conseguindo a adesão de todos os que vivem da terra e exigindo dos corpos gerentes que os acompanhem nas suas justas reclamações. Eles devem concentrar-se nas secções de Finanças, nas Juntas de Freguesia, nas Câmaras Municipais e nos Governos Civis. Para que os seus protestos sejam atendidos, não basta a reclamação escrita, ainda que seja uma importante forma de luta. Tor-na-se necessário também a reclamação de viva voz, a presença física, na defesa de interesses comuns.

AS REUNIÕES DAS VERAÇÕES MUNICIPAIS, QUE EM TODOS OS CONCELHOS SE EFECTUAM DUAS VEZES POR MÊS, E QUE SÃO PÚBLICAS, DEVERIAM SER APROVEITADAS PARA O EFECTIVO. Que ao lado daqueles que dizem ali estar para representar o povo e os interesses do concelho, apareça a voz do próprio povo, a falar dos seus interesses, a protestar contra tudo o que o oprime e arruína, a reclamar tudo o que o defenda e o faça progredir!



# A NOVA LEI DO SERVIÇO MILITAR AGRAVA A SITUAÇÃO DA LAVOURA



Com a nova lei do serviço militar, mais dificuldades vêm agravar a já precária situação da pequena e média lavoura. Evidencia-se assim uma vez mais que, ou nós, pequenos e médios agricultores nos unimos ao proletariado da cidade e do campo e, juntamente com as camadas não monopolistas doutros sectores, acabamos com o regime fascista, ou o governo dos monopólios e dos latifundiários — o governo salazarista — nos arruína completamente e ao País.

A nova lei do serviço militar, não

## Abaixo a taxa de \$20 (continuação da pág. 1.)

O «diferencial» sobre o vinho, roubo descarado feito à lavoura. A vitivinicultura paga 3 vezes a intervenção da Junta (bem cara é essa intervenção!). Paga primeiro juros, que não são nada pequenos, sobre o dinheiro que levanta como «financiamento»; paga depois a taxa de \$40 (agora \$20); paga por último novos juros quando, em virtude da falta de pagamento dos vinhos que levou para os armazéns da J.N.V., tem de recorrer a empréstimos bancários ou a particulares a fim de fazer face às despesas com o amanho das suas vinhas.

Quando, logo de início, começaram os protestos por causa da taxa de \$40, publicou o concelho da J.N.V. uma nota nos jornais de 14 de Janeiro de 1965, dizendo que aquele organismo tinha a data nos seus armazéns vinhos e aguardentes no valor de 800 mil contos. É claro que nada temos a ver com isso. O povo paga as suas contribuições e para que o governo resolva os problemas nacionais. Mas sempre queremos dizer que, com a taxa cobrada referente aos vinhos das colheitas de 1964 e 1965, esses produtos estão de graça à Junta. Nesses 2 anos, a produção atingiu cerca de 20 milhões de hectolitros só na área de intervenção da J.N.V. Aplicados sobre eles os tais \$40 por cada litro, aí estão os 800 mil contos! Foi quanto em 2 anos o Estado roubou desta forma à lavoura!

Mas em nota do Ministério da Economia, publicada nos jornais de 22 de Janeiro de 1966, volta a dizer-se que a Junta tem em armazém grandes quantidades de vinho e de aguardente por escoar. Mas quem lhe impede que o faça? Por que não exporta? Sabemos que a Junta dá ao

comercio exportador um bônus para que este venda para o estrangeiro a preços de concorrência, ou fornece-lhe vinho mais barato para o efeito. E o elemento a perguntar: «por que não exporta então a Junta directamente?». Das duas, uma: ou arrecadava o bônus que dá ao exportador, ou poderia aumentar a exportação colocando no mercado internacional vinho a melhores preços. Mas não, a Junta e o governo preferem sobrecarregar a lavoura com impostos e dar o bônus ao exportador.

Não nos venham mais com a história dos grandes estoques da J.N.V.! Isso não é nada mais do que uma forma de pretender encobrir a incompetência dos seus dirigentes e do governo e as grandes negociações que todos esses senhores fazem à custa de quem trabalha a terra!

A taxa sobre o vinho deve ser totalmente abolida. Há que reclamar de novo por meio de EXPOSIÇÕES e de ABAIXO-ASSINADOS, por Meio de REUNIÕES nos Grêmios da Lavoura e nas Casas do Povo, por meio de CONCENTRAÇÕES nas Câmaras Municipais, mas de forma mais vigorosa.

em defesa dos interesses económicos dos monopolistas, dos colonialistas e dos capitalistas estrangeiros, que têm chorudos negócios em Angola, Moçambique e Guiné. Mas, independentemente disto, a nova lei do serviço militar piora imediatamente a situação de todos nós, roubando ao amanhã do solo pátrio braços novos, experimentados e capazes, em consequência do governo de Salazar ter baixado o recenseamento dos jovens para os 18 anos e a incorporação para os 20 e ainda, e sobretudo, por haver alargado o tempo de serviço militar obrigatório, que passará a abranger um período normal de 3 e 4 anos (4 anos para a armada) e um período complementar que engloba todos os escalões de mobilização.

A nova lei do serviço militar espelha as graves derrotas sofridas pelos monopolistas, pelos colonialistas e o seu governo, (o governo de Salazar), em África, e constitui uma prova indiscutível de que a derrota definitiva dos exércitos colonialistas de Salazar nas terras africanas se aproxima a passos largos. Com a nova lei, os salazaristas começam a jogar os últimos cartuchos. Mas à custa de quem? À custa do povo, à custa dos nossos filhos, à custa da nossa bolsa, à custa do amanhã das nossas terras.

A nova lei do serviço militar representa mais dificuldades e mais miséria para todos nós, pequenos e médios agricultores! Ela significa um maior número de mortos e de feridos entre os nossos filhos e uma constante subida dos preços e aumento dos impostos!

**EXIJAMOS O FIM DAS GUERRAS COLONIAIS!**  
**RECLAMEMOS CONTRA A NOVA LEI DO SERVIÇO MILITAR!**

### RÁDIO PORTUGAL LIVRE

No dia 12 de Março, completou 5 anos de actividade ao serviço do povo, da democracia e da independência nacional a « Rádio Portuguesa Livre », que aos trabalhadores do campo e aos seus problemas vem desde há muito tempo dedicando um programa especial aos domingos, das 13 horas às 13,30 em 19, 20, 25 e 26 metros, além das suas emissões diárias normais, das 8 às 8,30 em 50 metros, das 20 às 20,30 e das 22,15 às 22,45 em 72 metros; e das 0,30 às 0,50 em 35, 40 e 43 metros.

« A Terra », órgão de unidade dos camponeses do Norte, saudou a R. P. L. pelo seu aniversário, desejando a todos os que nela trabalham os melhores êxitos na sua actividade.





reclamarem preços compensadores para os seus produtos, os camponeses fazem-no porque, depois de pagarem contribuições e impostos, cotas do Grémio da Lavoura e da Casa do Povo, renda, sementes, fertilizantes, pesticidas, etc., não lhes fica o suficiente para se alimentarem e vestirem convenientemente.

Quer isto dizer que o problema do camponês tem de resolver-se a

custa do consumidor? Quer isto dizer que este tem forçosamente de pagar mais caro os produtos da terra? De maneira nenhuma! Essa é a única hipótese que o fascismo apresenta porque é a que convém aos monopólios e aos grandes capitalistas. Essa é a única medida que o governo se dispõe a tomar quando os latifundiários exigem maiores lucros. Mas os pequenos e médios camponeses compreendem

que não está aí a solução do seu problema, pois bem sabem que quando os preços sobem logo o governo aumenta as contribuições e os impostos, logo os monopólios elevam de novo o custo de tudo aquilo que a lavoura não pode deixar de lhes comprar. E, pouco tempo depois, a situação não só volta a mesma como se agrava ainda mais. Sempre tem sido assim em

Portugal, metade da população vive da agricultura. No entanto, o governo não faz por esta. Se num ano a produção de batata é escassa logo o governo autoriza a importação, dando um bônus ao importador para que o grande negociante não veja reduzir-se os seus lucros, deixando-a depois apodrecer nos cais de desembarque. Se os ovos tendem a subir no produtor, logo o governo ameaça com a importação. Se, por falta de pastagens ou por subida de preço das rações o lavrador pede mais dinheiro pelo gado, logo o governo importa carne congelada. Esta é a solução de qualquer coisa de casa que, quando num estabelecimento lhe vendem mais caro, vai comprar a outro. Mas não pode ser solução para um país, não é solução de governantes.

Isto mostra-nos bem que toda a protecção do governo vai para os monopólios, ligados ao imperialismo internacional, e para os latifundiários, muitas vezes todos eles ligados entre si.

O problema não se resolve com importações. A solução dos problemas nacionais tem de ser encontrada no País e em benefício das classes e camadas trabalhadoras.

A lavoura necessita de ajuda real e não de demagógicas e fictícias atribuições de subsídios que, mesmo quando efectivados, nada resolvem porque não passam de remendo mal deitado por costureira remendona, incapaz de reformar um fato e menos ainda de fazer um fato novo. Não é de subsídios caritativos que a lavoura necessita. É de ajuda técnica que possibilite uma produção economicamente rentável e a custos de produção baixos. É de crédito a longo prazo e a baixo juro. É de livre iniciativa sem as peias prejudiciais dos organismos corporativos. É de estímulo à organização de cooperativas agrícolas fora dos entraves, dos condicionamentos, das limitações estatais, sem a dominação destas pelos grandes senhores da terra. **LUTEMOS PELA QUE ASSIM SEJA!**

## FALA UM PEQUENO LAVRADOR

Perguntam-me quais são os benefícios que eu e todos os pequenos e médios agricultores temos tirado da existência dos Grémios, das Juntas e dos outros organismos corporativos, não é verdade? Pois bem, vou responder-vos com alguns exemplos.

Pelo que está estabelecido oficialmente, os primeiros vinhos a ser tirados pela J.N.V. ou outros organismos semelhantes, deverão ser os dos pequenos produtores. Mas que acontece na prática? Exactamente o contrário. São escoados primeiro os dos grandes produtores. Isso obriga os pequenos e médios viticultores a vender os vinhos em condições desastrosas, pois os armazénistas aproveitam-se do facto destes para obterem o dinheiro a fim de pagarem as contribuições, para lhes comprarem o vinho muito abaixo das tabelas decretadas, às vezes mesmo abaixo do custo de produção.

Os organismos corporativos recusaram-se a partir de certa altura de 1954 a comprar vinhos de consumo, dizendo que já tinham excedentes. Como as pequenas quantidades que o comércio armazenista adquiria estavam a ser pagas por preços ruinosos, os pequenos e médios vinhateiros pretenderam então entregar a junta e às comissões de viticultura os seus vinhos para queima (único tipo que então compravam), o que lhes foi negado, mas permitido aos ricos produtores. É que o preço de tabela para vinhos de queima era superior ao que o comércio pagava pelos vinhos bons! Como sempre, os beneficiados foram os grandes lavradores.

Queram agora que eu fale do tipo de ajuda que o governo tem dado aos pequenos e médios agricultores quando estes se encontram em dificuldades. Mas de que

espécie de ajuda, se o governo não dá nenhuma ajuda?!

Há tempos, faltou adubo químico. Mas só para os pequenos. Os grandes lavradores tinham quanto queriam!

Scire os impostos, nem vale a pena falar. Nos, pequenos e médios lavradores, podemos dizer que actualmente mal ganhamos para os impostos, que não param de subir.

Em contra-partida, os preços dos produtos agrícolas não acompanham, nem de longe, o aumento dos impostos, dos adubos, das sementes, etc.. Basta dizer que, sendo o preço tabelado da batata para semente de 2\$10 por quilo, foi vendida no ano de 1955 a 4\$60 e mais.

E não se diga que o mal está apenas nos intermediários, que especulam e encarecem os preços. Não, porque eles são protegidos pelos Grémios e pelas Juntas, que são o exemplo como especuladores. Acabemos, sim, com o organismo corporativos e com o regime fascista, o grande responsável de tudo isto.

Desca-se as contribuições. Permite-se a criação de gado nos montados. Dêem-nos assistência técnica e financeira. Paguem-nos melhor os nossos produtos e escoem os mesmos. Acabemos com o regime fascista e veremos como a agricultura deixa de ser a maneira de «empobrecer alegremente».

## VIVA O 1º DE MAIO!

Ào aproximar-se o dia glorioso do 1º de Maio, Jornada Internacional dos Trabalhadores, dia que todos os trabalhadores portugueses gravaram já com grandes manifestações e lutas, e que por isso mesmo passou a ser também para eles «O seu dia»!

«A Terra» scuda por esta data de festa e de luta todos os camponeses e trabalhadores do campo.



## SOLIDARIEDADE AO POVO DO VIETNAM!

Dura há 11 anos a luta heróica do povo vietnamita contra a agressão do imperialismo americano. Meio milhão de soldados estrangeiros, na sua quase totalidade americanos, conduz no Sul uma guerra devastadora e desumana sem olhar a meios. Vilas e aldeias são arrasadas, as populações em fuga são metrelhadas, as sementeiras são destruídas, o napalm e os gases tóxicos são constantemente lançados pela aviação americana. Impotentes para dominar um povo que não desiste de ser livre, os agressores estendem ao Norte os seus actos de pirataria. Aviões americanos atiram quase diariamente poderosas bombas sobre fábricas, escolas e hospitais, das mais diversas cidades, vilas e aldeias.

Dizendo querer entabular negociações, os dirigentes americanos intensificam a guerra, aumentam os actos de terrorismo no Sul, continuam cada vez em maior escala os bombardeamentos ao Norte. Surdos aos apelos lançados por diversas organizações nacionais e internacionais e por individualidades de destaque mundial para que seja posto fim às hostilidades, os imperialistas persistem em continuar e recusam-se ao único gesto possível de conduzir a negociações — o fim dos bombardeamentos e de todos os actos de guerra.

Ao fazer frente à agressão imperialista, o povo vietnamita conquistou o apoio e a simpatia dos povos de todo o mundo, que organizam protestos e manifestações, fazendo chegar ao povo mártir a sua solidariedade moral e material.

O povo português, subjugado há mais de 40 anos por uma ditadura terrorista, cuja continuidade no poder só é possível pelo apoio que recebe do imperialismo internacional, em troca do que este mantém bases militares no nosso território, está ele também solidário com o povo do Vietnam. **TORNAR ESSA SOLIDARIEDADE MAIS ACTIVA, DEVERÁ SER MISSÃO DE TODOS NÓS.** Aumentemos pois o envio de cartas e postais à embaixada dos Estados Unidos, reclamando que terminem os bombardeamentos, e organizemos outras formas de ajuda e apoio ao povo do Vietnam.

## OS IMPOSTOS... (cont. da pág. 1)

no, pre'endem conduzir - nos à ruína afim de se aposarem das terras que o nosso suor, o dos nossos pais e o dos nossos filhos há muito rega.

Em luta pela posse da terra, cujo cultivo é o nosso ganha - pão, organizemo - nos em cooperativas agrícolas e associações por nós dirigidas. Construiremos, assim, uma unidade activa e resistente à política salazarista de maior enriquecimento dos grandes e aniquilamento dos pequenos. Estaremos dessa forma mais unidos e fortes para defender os nossos interesses e para lutar contra o agravamento das contribuições e dos impostos.

Conversemos com os nossos colegas sobre este grave problema e promovamos reuniões de todos os interessados para estudarmos a situação e decidirmos das medidas a tomar.

Diri ano - nos em grupos às Câmaras Municipais (aproveitando mesmo os dias das suas reuniões), aos gremios, às juntas, aos Governos Cívicos, e declaremos bem alto que não estamos dispostos a ficar sem as nossas terras. Exijamos o fim das guerras coloniais, cujas despesas os que trabalham suportam em benefício dos monopólios e dos colonialistas. Reclamemos

## EM DEFESA

## DOS PRESOS POLÍTICOS



Dada de 1949 o decreto das «medidas de segurança», com o qual o governo legalizou a prisão perpétua para os presos políticos. A sombra dele, boa parte dos portugueses, homens e mulheres, condenados por desenvolverem uma luta activa contra o fascismo, permanecem na cadeia muito para além do final das penas a que são condenados.

Graças a amplas e poderosas acções de solidariedade e de protesto levadas a cabo no País e no estrangeiro, tem sido conseguida a libertação de alguns deles. No entanto, muitos são ainda os que continuam presos depois de terem terminado as longas condenações sofridas. Muitos permanecem nas cadeias com a saúde arruinada, a exigir tratamento médico e hospitalar que lhes é negado.

E um novo perigo existe para a vida e a saúde dos mais destacados lutadores anti-fascistas, abnegados filhos do povo português. É que, em Setembro do ano passado, o governo aprovou um decreto que prevê a sua deportação para as colónias. Um tal decreto, visa afastar mais os presos das suas famílias, atornar mais difícil o conhecimento das arbitrariedades e violências de que são vítimas, a dificultar a chegada até eles da solidariedade do nosso povo, a tornar mais fácil o seu aniquilamento físico.

Contra este perigo, levantaram-se pronta e enérgicamente os protestos de familiares e amigos dos anti-fascistas presos e, a secundá-los, a onda de protestos contra a deportação dos presos políticos para os campos de concentração nas colónias, que, através de todo o País e no estrangeiro, tem sido levada a cabo. Mas essa campanha deve ganhar mais amplitude e estender-se às camadas de todo o nosso povo.

A juntar-se ao apelo dos familiares, à voz autorizada de personalidades, como a de Francisco Miguel, membro do Comité Central do Partido Comunista Português, com 20 anos de prisão, 8 dos quais no Campo de Morte Lenta do Larrafal, e as dos destacados democratas escritora D. Maria Lamas, Dr. António José Saraiva e professor Vasco Magalhães Vilhena, deve seguir-se a tomada de posição e de protesto de todos os outros portugueses honrados.

«A Terra», órgão de unidade dos camponeses do Norte, apoia de alma e coração todas as acções neste sentido desenvolvidas e apela para todos os camponeses e trabalhadores do campo para tomarem em suas mãos esta nobre e humana campanha.

Há que prosseguir a luta pela Amnistia! EXIGI O INTERNAMENTO HOSPITALAR DE TODOS O QUE O NECESSITEM! RECLAMAI A LIBERTAÇÃO DOS PRESOS COM AS PENAS TERMINADAS! EXIGI A ABOLIÇÃO DAS «MEDIDAS DE SEGURANÇA»!

E, A PARDE TUDO ISTO, UM NOVO GRITO DEVE FAZER OUVIR-SE, EXIGINDO QUE NENHUM PRESO POLÍTICO SEJA LEVADO PARA FORA DO CONTINENTE!

que o imposto de transacção seja abolido e que nenhum outro imposto ou contribuição seja criado. Exijamos que, quanto à contribuição predial e ao imposto de trabalho pague mais quem mais tem e não como agora sucede que quem menos tem mais paga. Reclamemos a abolição de todas as derramas e taxas.